Estratégia OAB

1º Simulado OAB

Simulados - 1ª Fase OAB - XXXII Exame de Ordem - 2021

Autor:

09 de Janeiro de 2021

1° SIMULADO INÉDITO PARA
XXXII EXAME DE ORDEM
TIPO PROGRESSIVO
Estratégia
OAB

Estratégia OAB

1º Simulado da 1ª Fase - XXXII Exame de Ordem - 09/01/2021

EXAME DA OAB

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: http://bit.ly/Simulado-XXXII-Exame-de-Ordem-09-01-21

Estratégia OAB

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp,* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

Estratégia OAB

1º Simulado da 1ª Fase - XXXII Exame de Ordem - 09/01/2021

EXAME DA OAB

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Rosenval Júnior

Questão 1

Cláudio, advogado, foi constituído para realizar o divórcio de Albertino e Franchesca, de forma consensual. No entanto, o conflito de interesses entre os constituintes tornou inviável a conciliação e harmonização entre as partes.

Diante da situação retratada, e segundo o Código de Ética, Cláudio deve

a) optar, com prudência e discrição, por um dos mandatos, renunciando ao outro.

b) renunciar aos mandatos, e resguardar sempre o sigilo profissional.

c) optar, de forma justificada, a um dos mandatos, e resguardar o sigilo profissional, quando necessário.

d) renunciar aos mandatos, de forma justificada, e resguardar o sigilo profissional, quando necessário.

Questão 2

André Daniel é um exímio estagiário de direito em um famoso escritório de advocacia na cidade de São Paulo/SP, Ferreira Sociedade de Advogados.

No entanto, o patrono do escritório, Bigode Ferreira, foi acometido de um infarto e teve que se afastar repentinamente de suas atividades. Em razão do efeito surpresa ocasionado pela fatídica notícia, não se desmarcou a consulta jurídica que ocorreria naquela tarde com Dr. Bigode.

Nesta situação, Daniel se prontificou a realizar a consultoria já que possuía total conhecimento do caso a ser abordado.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

a) Daniel poderá realizar a consulta jurídica, caso possua inscrição na OAB, ainda que como estagiário.

b) Daniel não poderá realizar a consulta jurídica por tratar-se de atividade privativa de advogado.

c) Daniel poderá realizar a consulta jurídica, desde que o ato seja ratificado pelo advogado em 48 horas.

d) Daniel poderá realizar a consulta jurídica, desde que haja autorização expressa do Presidente da Seccional da OAB.

Questão 3

Dr. Ferdinando aceita ser constituído como advogado de Alberto para propor Ação de Danos Morais perante a sua ex-esposa, Sra. Cristina, mesmo ciente de não existir razão para tal lide. Durante a instrução processual, Dr. Ferdinando utiliza de informações alheias ao processo para dolosamente desmoralizar a ré, conforme combinado com o seu cliente.

Com base no caso retratado, assinale a alternativa correta.

a) o advogado será solidariamente responsável com seu cliente, desde que coligado com este para lesar a parte contrária, o que será apurado em ação própria.

b) o advogado será solidariamente responsável com seu cliente, independente de coligado com este para lesar a parte contrária.

c) o advogado é responsável apenas pelos atos dolosos que, no exercício profissional, vier a praticar.

d) o advogado será solidariamente responsável com seu cliente, o que será apurado nos próprios autos do processo que culminou no ato doloso.

Questão 4

Rose, proprietária de um salão de beleza, está muito feliz com o sucesso de sua filha primogênita, Renatinha, recém aprovada no exame da OAB. Diante deste sucesso inicial, Rose organiza para a sua filha um cantinho de atendimento a clientes do escritório, dentro do próprio salão, como forma de otimizar espaço e garantir uma oportunidade de divulgação do trabalho de Renatinha.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

a) a divulgação dos serviços de advocacia juntamente com a de outra atividade empresarial torna-se lícita, quando a outra atividade não tiver finalidade lucrativa.

b) é vedada a divulgação dos serviços de advocacia juntamente com a de outras atividades, com fulcro no princípio da exclusividade.

c) é vedada a divulgação dos serviços de advocacia juntamente com a de outras atividades, apenas quando a outra atividade não for compatível com a moralidade exigida pela advocacia.

d) a divulgação dos serviços de advocacia juntamente com a de outra atividade empresarial torna-se lícita, quando não houver qualquer fito de mercantilização.

Questão 5

João Colombiano estudante de Direito perguntou ao seu professor da Faculdade quais seriam os requisitos para inscrição como advogado. Diante disso, o professor corretamente orientou que seria necessário:

a) Ter mais de 21 anos de idade.

b) Título de eleitor e quitação do serviço militar, em todos os casos.

c) Fazer prova do título de graduação, obtido em instituição estrangeira, devidamente revalidado, no caso de estrangeiro ou brasileiro, quando não graduado em direito no Brasil, sendo com isso dispensado de atender aos demais requisitos previstos no artigo 8º do Estatuto da OAB.

d) Não exercer atividade incompatível com a advocacia.

Questão 6

Patrícia, estudante do último ano da Faculdade de Direito, está em busca de um estágio na área Trabalhista e se candidatou a uma vaga no TRT. Para fazer a inscrição como estagiária, neste caso:

a) Patrícia precisará ser aprovada no Exame de Ordem.

b) Poderá exercer atividade incompatível com a advocacia, pois ainda não é advogada.

c) Precisará apresentar diploma ou certidão de graduação em direito ou declaração que irá concluir a graduação dentro de 1 ano.

d) Terá que prestar compromisso perante o Conselho.

Questão 7

À luz do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogado do Brasil (Lei Federal nº. 8.906/1994), é correto afirmar sobre a atividade de advocacia que

a) O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de 24 horas, prorrogável por igual período.

b) As atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas são privativas de advocacia.

c) Inclui-se na atividade privativa de advocacia a impetração de habeas corpus em qualquer instância ou tribunal.

d) É permitida a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade.

Questão 8

Acerca do princípio da publicidade, considerando as disposições do Código de Ética e Disciplina da OAB, temos que é permitido ao advogado:

a) a veiculação da publicidade por meio de rádio, cinema e televisão;

b) o uso de outdoors, painéis luminosos ou formas assemelhadas de publicidade;

c) a inclusão de fotografias pessoais ou de terceiros nos cartões de visitas do advogado, bem como menção a qualquer emprego, cargo ou função ocupado, atual ou pretérito, em qualquer órgão ou instituição.

d) na publicidade profissional que promover ou nos cartões e material de escritório de que se utilizar, fazer constar seu nome ou o da sociedade de advogados, o número ou os números de inscrição na OAB.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

"As primeiras uniões de pessoas, oriundas de uma necessidade natural, são aqueles entre seres incapazes de existir um sem o outro [...] — isto NÃO é resultado de uma escolha, mas, nas criaturas humanas, tal como nos outros animais e plantas, há um impulso natural" (ARISTÓTELES. Política. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997, p. 13-14).

Sobre o pensamento aristotélico com relação à sociedade, é CORRETO afirmar:

a) A sociedade perfeita é espelhada no mundo das ideias.

b) O homem é um animal político e fora da sociedade só há deuses e bestas.

c) O mito da caverna é uma analogia aristotélica da vida do homem em sociedade.

d) A sociedade é condição de vida para o homem, é por isso que ele opta pela vida gregária mediante o contrato social.

Questão 10

Quanto à hermenêutica é CORRETO afirmar:

a) Interpretação e integração são sinônimos.

b) O direito opera por meio da linguagem, isto é, com signos exatos.

c) Hermenêutica trata da teoria que é aplicada pelo modelo prático de interpretação.

d) A interpretação somente opera no caso de normas dúbias.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

Ana e Maria, estudantes do curso de Direito da Universidade YYY, estavam em grande debate sobre os princípios fundamentais previstos na Constituição Federal. Ana sustentava que o pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, enquanto Maria sustentava que são, na verdade, princípios que regem as relações internacionais da República. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre a situação descrita:

a) Ana está correta.

b) Maria está correta.

c) Ambas estão corretas.

d) Ambas estão equivocadas.

Questão 12

Em uma aula de Filosofia, um grupo de estudantes idealizou a concepção de uma Constituição que seria uma decisão política fundamental, o produto da vontade do titular do Poder Constituinte e haveria uma distinção entre Constituição e leis constitucionais. É possível concluir que o modelo representado se aproxima daquele desenvolvido por:

a) Carl Schimitt, conforme a visão decisionista de Constituição.

b) Ferdinand Lassale, conforme a visão de efetivo poder social.

c) Hans Kelsen, conforme o sentido jurídico de constituição.

d) Kelsen, em sua visão voluntarista da Constituição.

Questão 13

Determinada lei estadual, editada anteriormente à entrada em vigor da Constituição Federal vigente, disciplina matéria relativa ao horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais. Recentemente, com base na referida lei, a administração estadual passou a aplicar multa aos estabelecimentos comerciais que não a observassem, resultando no ajuizamento de inúmeras ações individuais contestando sua aplicação.

Nessa hipótese, à luz da disciplina constitucional e legal pertinente, bem como da jurisprudência do STF, a referida lei estadual:

a) não foi recepcionada pela Constituição vigente, por invadir competência legislativa dos Municípios.

b) foi recepcionada pela Constituição vigente, por disciplinar matéria de competência legislativa dos Estados.

c) deve ser julgada inconstitucional, por invadir competência legislativa dos Municípios.

d) não foi recepcionada pela Constituição vigente, por invadir competência legislativa da União.

Questão 14

O STF, ao julgar um Recurso Extraordinário, entendeu que um indivíduo não pode ser sumária e arbitrariamente excluído dos quadros associativos de entidade não-estatal a que estava associado. Com base em tal julgamento, alguns advogados de um famoso escritório no estado ALFA ficaram em dúvida com relação a qual a característica do regime dos direitos fundamentais estaria em foco com base em tal decisão. É correto afirmar que está em foco a seguinte característica:

a) Universalidade.

b) Economicidade.

c) Irrenunciabilidade.

d) Eficácia irradiante ou horizontal.

Questão 15

Um grupo de estudantes universitários apresentou requerimento a determinado município, solicitando autorização para realizar manifestação pacífica na praça pública onde está sediada a prefeitura, a fim de protestar contra políticas públicas municipais. A autoridade pública competente negou o pedido, sob o fundamento de que frustraria outra reunião anteriormente convocada para o mesmo horário e local. De acordo com a situação hipotética, para realizar a referida manifestação, o grupo de estudantes utilizou o instrumento:

a) inadequado, entretanto a autoridade competente não poderia ter negado o direito com base no fundamento utilizado.

b) adequado, porque o direito de reunião requer prévia autorização administrativa, cabendo ao grupo impetrar habeas corpus contra a decisão que negou o referido pedido.

c) inadequado, porque o direito de reunião não requer autorização, mas apenas prévio aviso.

d) adequado, porque o direito de reunião requer prévia autorização administrativa, cabendo ao grupo ajuizar ação popular contra a decisão que negou o referido pedido.

Questão 16

Daniel, cidadão do Estado Beta, munido de carteira de trabalho e título de eleitor, dirigiu-se a uma repartição pública, tendo protocolado pedido de certidão para esclarecimento de situação de interesse pessoal. Com base na hipótese apresentada, é correto afirmar que:

a) O dever de expedir a certidão depende da justificativa de interesse público ou relevante interesse social apresentada pelo cidadão.

b) A Constituição Federal estabelece que as certidões para a defesa de interesses pessoais devem ser fornecidas mediante habeas data.

c) A certidão será negada, pois o cidadão deve apresentar seu registro no Cadastro de Pessoas Físicas para peticionar, conforme exige a Constituição Federal.

d) Daniel tem o direito de obter a certidão independentemente do pagamento de taxas, conforme assegurado na Constituição Federal.

Questão 17

Com o objetivo de conter o avanço das organizações criminosas em algumas associações de moradores, o Estado “T” editou a Lei 123/2020, veiculando as normas a serem observadas para a confecção dos estatutos dessas associações e condicionando a posse da diretoria de cada associação à prévia autorização do Secretário de Estado de Segurança Pública, que verificaria a vida pregressa dos pretendentes. Com base no caso apresentado, assinale a alternativa correta:

a) Ao dispor sobre a confecção dos estatutos das associações de moradores, a Lei 123/2020 afrontou a competência privativa da União para legislar sobre direito civil sendo formalmente inconstitucional. A exigência de que a posse da diretoria da associação seja antecedida de

autorização do Secretário de Segurança Pública afronta a vedação à interferência estatal no funcionamento das associações.

b) Ao dispor sobre a confecção dos estatutos das associações de moradores, a Lei 123/2020 afrontou a competência do Município para legislar sobre direito civil sendo materialmente inconstitucional. A exigência de que a posse da diretoria da associação seja antecedida de autorização do Secretário de Segurança Pública é constitucional.

c) Ao dispor sobre a confecção dos estatutos das associações de moradores, a Lei 123/2020 afrontou a competência da União para legislar sobre direito civil sendo formalmente inconstitucional. A exigência de que a posse da diretoria da associação seja antecedida de autorização do Secretário de Segurança Pública é constitucional.

d) Ao dispor sobre a confecção dos estatutos das associações de moradores, a Lei 123/2020 afrontou a competência do Município para legislar sobre direito civil sendo formalmente inconstitucional. A exigência de que a posse da diretoria da associação seja antecedida de autorização do Secretário de Segurança Pública afronta a vedação à interferência estatal no funcionamento das associações.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

O princípio da dignidade da pessoa humana rege todo o ordenamento jurídico brasileiro e é considerado como o fundamento contemporâneo dos direitos humanos. Desse modo, a negativa de acesso a determinados direitos ou a prestação falha de serviços pode caracterizar uma ofensa aos direitos humanos e, consequentemente, à dignidade. Tendo por base a Teoria Geral dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

a) Adalberto recentemente candidatou-se a vereador em sua cidade e, assim, exerceu o direito de ser votado, uma espécie de direito político de segunda dimensão.

b) Bruna apresenta uma série de comorbidades decorrentes de um AVC (acidente vascular cerebral) e, por isso, semanalmente faz uso dos serviços de saúde prestados pela municipalidade. O direito à saúde, direcionado a toda a população, é típico da terceira dimensão dos direitos humanos, assim como o direito ao meio ambiente equilibrado.

c) Caio sempre quis ter um smartphone de última geração e, após meses de economia, conseguiu adquirir tal bem. Ocorre que nos primeiros dias de uso o produto apresentou vício. Inconformado, Caio dirigiu-se ao Procon de sua cidade, ajuizou a ação judicial pertinente pois, como consumidor, encontrou proteção no ordenamento jurídico, como manifestação de direito de terceira dimensão.

d) Daniela, criança nascida em 2011, sempre ouviu de seus pais que aquele fora um ano difícil para a paz mundial em razão dos atentados terroristas às Torres Gêmeas. Os pais de Daniela sabem que a paz é um direito fundamental de todos os seres humanos, inerente à própria natureza e desejo de todos, de modo que este se enquadra como um direito de primeira dimensão.

Questão 19

Durante o noticiário, diante de tantas notícias de crimes e o tratamento dado aos envolvidos, uma família iniciou um debate acalorado sobre direitos humanos. Uns diziam que se tratava de "invenção" recente, outros afirmavam que os direitos humanos existem "desde que o mundo é mundo" e que não mudam. Buscando acalmar seus familiares, você resolve explicar como se deu a afirmação história dos direitos humanos e afirma corretamente que:

a) Os direitos humanos surgiram após a Primeira Guerra Mundial, como uma resposta da sociedade internacional em virtude das grandes atrocidades experimentadas ao redor do mundo.

b) Grandes movimentos e revoluções, a exemplo da Independência Americana e da Revolução Francesa, representam afrontas aos direitos humanos e, por isso, não são todos de relevância na conquista de tais direitos.

c) Doutrinas políticas e econômicas, a exemplo do socialismo, comunismo e capitalismo, em nada se relacionam com os direitos humanos, posto que voltados às regras de mercado e dos mecanismos de produção.

d) No início do século XIX, durante a primeira fase de internacionalização dos direitos humanos, ganhou destaque o direito humanitário e a luta contra a escravidão.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Sobre os Tratados internacionais, de acordo com a Convenção de Viena sobre tratados de 1969, internalizada no Direito Brasileiro, assinale a opção incorreta.

a) Um Estado não poderá invocar o seu direito interno para justificar o descumprimento de obrigações assumidas em um tratado internacional devidamente internalizado.

b) A negociação é a fase inicial do processo de celebração de um tratado. Em regra, as negociações ocorrem no âmbito de uma organização internacional ou de uma conferência internacional especialmente convocada para esse objetivo.

c) A adoção do texto final de um tratado é sempre feita por unanimidade.

d) Qualquer indivíduo que detenha a carta de plenos poderes poderá assinar um tratado em nome de um país. Entretanto, existem alguns indivíduos cuja atuação no plano internacional independente da apresentação da carta de plenos poderes.

Questão 21

Considerando as fontes do Direito Internacional Público, assinale a que não pode ser considerada fonte, de acordo com o art. 38 da Corte Internacional de Justiça:

a) Tratados Internacionais.

b) Pactos internacionais.

c) Costume Internacional.

d) Princípios gerais de direito internacional.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

Objetivando facilitar a rápida quitação de dívidas tributárias, o Presidente da República editou Medida Provisória alterando o CTN – Código Tributário Nacional, passando a permitir a extinção de débitos tributários por meio da dação em pagamento em bens móveis. Com base nas informações apresentadas nessa hipótese, é correto afirmar que:

a) Não há qualquer inconstitucionalidade quanto à Medida Provisória em questão, que pode ser editada pelo Presidente da República em caso de relevância e urgência.

b) Essa Medida Provisória é juridicamente desnecessária, pois CTN – Código Tributário Nacional já autoriza a dação em pagamento em bens móveis.

c) Essa Medida Provisória é inconstitucional, pois a matéria por ela disciplinada só poderia ser veiculada por meio de Lei Complementar.

d) Essa Medida Provisória é juridicamente desnecessária, pois cada entidade tributante pode estipular em sua própria lei as hipóteses de extinção dos seus créditos tributários.

Questão 23

O Restaurante "Bom Sabor" não recolheu, no último ano, a taxa anual de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais (Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento), sobre o argumento de que ela não é devida porque os agentes fiscais do Município não realizaram qualquer visita ao estabelecimento da empresa. Sobre essa hipótese, é correto afirmar que:

a) A taxa anual de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais é taxa de serviço e pode ser exigida em caso de exercício potencial da atividade estatal.

b) A taxa anual de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais é taxa de serviço e só pode ser exigida em caso de exercício efetivo da atividade estatal.

c) A taxa anual de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais é taxa de polícia e pode ser exigida em caso de exercício potencial da atividade estatal.

d) A taxa anual de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais é taxa de polícia e só pode ser exigida em caso de exercício efetivo da atividade estatal.

Questão 24

A ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, também conhecida como “Correios”, está pleiteando, junto à Fazenda do Estado, o reconhecimento da imunidade tributária quanto ao ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas. De acordo com as disposições constitucionais em vigor e em consonância com a jurisprudência do STF, essa imunidade deve ser:

a) Negada, pois a imunidade recíproca não é extensível às empresas públicas.

b) Negada, pois muito embora a imunidade recíproca seja extensível às empresas públicas, deve alcançar somente as atividades públicas em sentido estrito, que não é o caso do serviço de transporte de encomendas.

c) Concedida, pois a imunidade recíproca abrange o serviço de transporte de encomendas realizado pela ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

d) Concedida, desde que preenchidos os requisitos previstos em Lei Complementar.

Questão 25

A entidade religiosa ABC, devidamente constituída, é proprietária de um imóvel que se encontra alugado a terceiros. O valor do aluguel não é aplicado nas atividades da instituição religiosa. Sobre a hipótese, é correto afirmar que esse imóvel:

a) É isento quanto ao pagamento do IPTU.

b) Não é imune quanto ao pagamento do IPTU.

c) É imune quanto ao pagamento do IPTU.

d) É imune quanto ao pagamento da contribuição de melhoria.

Questão 26

O Município XYZ resolveu instituir, por meio de lei específica, um tributo que tem como fato gerador a valorização imobiliária decorrente de obra realizada pelo Estado Alfa em seu território, sendo o contribuinte o proprietário do imóvel valorizado e a base de cálculo, independentemente da valorização experimentada por cada imóvel, o custo total da obra estatal. Sobre a hipótese descrita, assinale a alternativa errada:

a) A espécie tributária que o Município XYZ pretendeu instituir foi a contribuição de melhoria.

b) O tributo não é devido, pois só poderia ser exigido pelo ente federativo que realizou a obra pública, no caso, o Estado Alfa.

c) O tributo não é devido, pois a base de cálculo da contribuição de melhoria deve considerar também a valorização individual do imóvel beneficiado pela obra pública e não somente o custo total da obra.

d) A contribuição de melhoria decorre de obra pública, independentemente de valorização imobiliária.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

O Estado X, após a respectiva autorização legislativa, instituiu uma sociedade de economia mista para o desenvolvimento de atividade econômica de relevante interesse social. Em razão da necessidade de contratação de pessoal, o Estado realizou processo seletivo simplificado, através da análise de currículo, pelo qual foram admitidos mais de trinta funcionários sob o regime de emprego público. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) é prescindível a realização de concurso público para a admissão de pessoal, bastando processo seletivo simplificado, uma vez que a estatal é exploradora de atividade econômica.

b) é imprescindível a realização de concurso público para a admissão de servidores, os quais se submeterão ao regime estatutário.

c) deve ser realizado concurso público para admissão de servidores, os quais se submeterão à regra do teto remuneratório.

d) é prescindível a realização de concurso público para a admissão de pessoal, bastando processo seletivo simplificado, uma vez que se trata de pessoa jurídica de direito privado.

Questão 28

"Salve" é uma sociedade cooperativa integrada por pessoas em situação de risco que se dedica a atividades de interesse público, especialmente de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda. Ela não possui nenhuma qualificação especial, mas pretende obter verbas da União para o desenvolvimento de projetos propostos pelo próprio Governo Federal. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) a cooperativa não poderá receber verbas federais antes de obter uma qualificação como OS ou OSCIP.

b) a cooperativa poderá receber verbas da União por meio de um contrato administrativo, após a realização de licitação na modalidade concorrência.

c) a cooperativa poderá receber verbas da União após o procedimento de chamamento público, por meio de termo de colaboração.

d) a cooperativa poderá firmar uma parceria com a União para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco por meio de um acordo de cooperação.

Questão 29

Os Municípios de Verde e Azul, localizados em um mesmo estado da federação, celebraram protocolo de intenções para a constituição de consórcio público para atuação

na área de educação, dispondo que o consórcio teria personalidade jurídica de direito público. No protocolo de intenções está prevista a arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços. Diante dessa situação, assinale a afirmativa correta:

a) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da posterior subscrição de protocolo de intenções.

b) Os consórcios públicos não podem outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos.

c) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração direta dos Municípios Verde e Azul.

d) Os consórcios públicos podem emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços.

Questão 30

Um grupo de moradores de rua invadiu e ocupou um prédio público onde funciona a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, órgão da administração direta estadual, como forma de protesto. O Secretário, ao chegar ao prédio e verificar a situação, sem qualquer autorização judicial, contatou diretamente a força policial para evitar o esbulho e depredação. Você foi consultado, na qualidade de advogado, e informou corretamente que:

a) O Secretário não está autorizado a valer-se do desforço imediato sem autorização judicial, nem mesmo de solicitar diretamente força policial, por se tratar de imóvel público de uso especial.

b) O Secretário está autorizado por lei a valer-se do desforço imediato sem necessidade de autorização judicial, solicitando, se necessário, força policial, contanto que o faça preventivamente ou logo após ocupação do imóvel público de uso especial, e não vá além do indispensável à manutenção ou restituição da posse.

c) O Secretário não está autorizado a valer-se do desforço imediato sem autorização judicial, nem mesmo de solicitar diretamente força policial, por se tratar de imóvel público dominical.

d) O Secretário está autorizado por lei a valer-se do desforço imediato sem necessidade de autorização judicial, solicitando, se necessário, força policial, independentemente do momento de ocupação, em razão da natureza especial do imóvel público.

Questão 31

O Estado Y elaborou um projeto para construção de uma rodovia estadual que fará a ligação entre dois municípios. Pelo projeto, a rodovia deve passar por terras pertencentes a particulares e a um dos municípios beneficiários da obra. Diante dessa situação, o governo estadual enviou consulta à assessoria jurídica do departamento de estradas e rodagem para saber como proceder, o qual informou corretamente que:

a) o Estado poderá desapropriar os imóveis particulares, bem como o imóvel municipal, mediante autorização legislativa.

b) o Estado deverá instituir servidão administrativa sobre os imóveis públicos e particulares.

c) o Estado deverá instituir servidão administrativa sobre os imóveis públicos e requisição administrativa sobre os particulares.

d) o Estado poderá desapropriar bem municipal e requisitar os imóveis particulares.

Questão 32

Madalena, viúva de um coronel que lutou na Segunda Guerra Mundial, faleceu e deixou como herança familiar um antigo casarão no centro do Município Alfa. O inventariante informou a todos os herdeiros que tanto o casarão, como diversos bens móveis que estavam dentro dele eram tombados. Na partilha, e cientes do tombamento, as filhas de Madalena, Marta e Mariana, herdaram o casarão com tudo que havia dentro. Posteriormente, elas desejaram vender o bem e consultaram você, na qualidade de advogado, que deverá informar corretamente que:

a) é livre e sem qualquer restrição a alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado.

b) na hipótese de deslocação bens móveis tombados, deverá o proprietário, dentro do prazo de trinta dias e sob pena de multa, inscrevê-los no registro do lugar onde se encontravam.

c) a transferência e a deslocação dos bens devem ser comunicadas pelo inventariante, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional, dentro do prazo de dez dias e sob pena de multa.

d) no caso de transmissão causa mortis de propriedade dos bens tombados, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro.

DIREITO AMBIENTAL

Rosenval Júnior

Questão 33

Deputado Andorinha da CLDF pretende apresentar projeto de lei sobre caça no DF. Para isso, ele busca a assessoria de Consultores Legislativos da Casa. Acerca das competências ambientais na Constituição Federal, é correto afirmar que:

a) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

b) A competência para legislar sobre caça é privativa da União.

c) Apenas no caso de não existir lei federal sobre o tema, o DF poderia legislar sobre a matéria.

d) O DF poderia legislar sobre fauna, mas não sobre caça.

Questão 34

Prefeito da cidade de Paraíso prometeu em campanha que iria investir em novas fontes de energia. Uma das propostas foi construir uma Usina Nuclear no município. De acordo com a Constituição Federal, a competência para explorar os serviços e instalações nucleares e definir a localização da Usina que irá operar com reator nuclear seria:

a) da União.

b) dos Estados.

c) dos municípios.

d) da União, dos Estados, do DF e dos Municípios.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade. Quanto a isso, é correto afirmar que:

a) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;

b) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;

c) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;

d) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar.

Questão 36

Juca é um senhor de 78 anos, completos em 1° de janeiro de 2015, que, desde sempre, morou sozinho. Em 12 de fevereiro de 2015, Juca foi visto em um supermercado próximo a sua casa realizando a compra de alguns pães e outros itens consumíveis. Após isso, seus vizinhos notaram que desde o final do mês de fevereiro, nunca mais o viram na rua, nas lojas ou supermercados, ou mesmo perceberam movimento em sua casa. Já em outubro

de 2020, os familiares de Juca, alertados sobre seu sumiço, decidam agir. Quanto a isso e considerando como verdadeiros os fatos narrados, é correto afirmar que:

a) os herdeiros legítimos de Juca poderão requerer a sucessão definitiva;

b) os herdeiros testamentários de Juca deverão aguardar sentença que conceda a abertura da sucessão provisória para requerer a definitiva;

c) se Juca não possuir cônjuge, caberá apenas aos seus herdeiros o requerimento da sucessão definitiva;

d) a declaração de ausência de Juca é requisito para a sucessão definitiva.

Questão 37

É válida a cláusula prevista em contrato de seguro-saúde que autoriza o aumento das mensalidades do seguro quando o usuário completar 60 anos de idade. Caso seja verificada que o aumento da mensalidade não respeitou os limites e requisitos estabelecidos na Lei nº 9.656/98, o beneficiário poderá ajuizar ação para declarar a nulidade da referida cláusula no prazo:

a) decadencial de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;

b) prescricional de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;

c) prescricional de cinco anos para reaver todas as mensalidades pagas;

d) prescricional de vinte anos se o contrato vigente tiver sido firmado antes da vigência do Código Civil de 2002.

Questão 38

Um bebedouro localizado no interior do prédio do Prefeitura do Município X e utilizado por seus servidores é considerado:

a) uma pertença, sendo imóvel por acessão intelectual;

b) um bem imóvel, apenas, por estar associado ao bem principal;

c) uma parte integrante do bem imóvel;

d) uma pertença, permanecendo como bem móvel.

Questão 39

Pedro obrigou-se, mediante negócio jurídico firmado, a vender uma carroça ou um barril de uvas a Miguel mediante o recebimento de determinada quantia em dinheiro. Sendo essa uma obrigação alternativa, é correto afirmar que:

a) se nada houver sido estipulado no negócio jurídico, a escolha do item a ser comprado cabe ao devedor;

b) se nada houver sido estipulado no negócio jurídico, a escolha do item a ser comprado cabe ao credor;

c) no caso, poderá o credor obrigar o devedor a receber parte em uma prestação e parte em outra;

d) no caso, poderá o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.

Questão 40

Joaquim realizou um negócio jurídico não solene com Ana, que deveria pagar o valor acordado ao final do mês de novembro de 2020. Passado o prazo, Ana não cumpriu o prometido e, em razão disso, Joaquim viu como única alternativa ajuizar ação para cobrar o referido valor. Por não haver forma prescrita em lei para a formalização do negócio jurídico feito, Joaquim terá alguns meios de prová-lo, não o podendo fazer por meio de:

a) confissão;

b) presunção;

c) perícia;

d) comprovação da notoriedade do fato.

Questão 41

O Banco Alfa, enquanto credor de Miguel em razão de um contrato de alienação fiduciária de imóvel, resolveu ceder o crédito ao Banco Beta, tendo este último pago apenas o valor correspondente ao que já havia sido quitado da dívida. Em relação a essa situação, é correto afirmar que:

a) a cessão do crédito só terá eficácia em relação a Miguel se esse a aceitar expressamente;

b) o Banco Beta apenas poderá exercer os atos conservatórios do direito cedido após Miguel tomar conhecimento da cessão;

c) se nada tiver sido estipulado no contrato nesse sentido, o Banco Alfa não responde pela solvência de Miguel;

d) em regra, não estarão abrangidos os bens acessórios no ato cessão de crédito.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/90) completou 30 anos em 13 de julho de 2020. Em razão de sua importância, várias instituições lançaram campanhas de conscientização acerca dos direitos e garantias ali previstos. Como bom advogado e egresso de uma escola pública, você foi convidado para uma palestra virtual para os pais dos alunos e deverá apresentar um panorama geral do ECA. Desse modo, conforme as previsões legais, deve-se explicar que:

a) A criança, pessoa até doze anos, e o adolescente, aquele entre doze e dezoito anos de idade, são os únicos destinatários das normas previstas no ECA.

b) É admitida a aplicação do ECA às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade apenas nos casos expressos em lei e de forma excepcional.

c) Embora fortemente impregnado pela doutrina da proteção integral, o Estatuto da Criança e do Adolescente não prevê o desenvolvimento espiritual em razão da laicidade estatal.

d) As crianças e adolescentes têm direito à proteção integral conferida pelo Estatuto, mas não há que se falar em absoluta prioridade quanto à efetivação de direitos.

Questão 43

João é uma criança de 10 anos de idade e mora em um grande centro urbano. Certo dia, chegou à escola claudicando e apresentando diversas manchas roxas pelo corpo. A professora questionou o que havia acontecido, mas fora informada que era apenas um "acidente doméstico" e, por isso, não deveria preocupar-se. Desconfiando que João havia sido vítima de maus tratos, decidiu levar o caso à direção da escola para que fossem tomadas as medidas cabíveis. Com base no caso narrado, pode-se afirmar:

a) A professora tem o dever de assegurar o direito à vida e à saúde de João e, caso fosse necessário, a criança faria jus à precedência de atendimento nos serviços públicos, a exemplo de um hospital para consulta e exames para averiguar sua integridade física.

b) A professora, por não ser a genitora nem responsável legal por João, não poderia agir de qualquer modo.

c) O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que as crianças e adolescentes não podem ser objeto de violência, sendo garantida a punição aos atentados comissivos a seus direitos, não sendo possível punir as omissões.

d) João tem direito, com absoluta prioridade, à efetivação de seus direitos, gozando de primazia na proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, embora não caiba falar em destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude em respeito ao princípio da isonomia e aos demais grupos sociais.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Efigênia, jovem estudante universitária, trabalhava como atendente em uma loja, até que foi demitida, em virtude da decretação de falência da empresa em que trabalhava. Para conseguir pagar seus estudos e ajudar no sustento da sua família, começou um pequeno negócio com sua mãe de venda de bolos e doces. Entre outros produtos eletrodomésticos, ela adquiriu uma batedeira para ajudar no preparo de suas encomendas, mas, dez dias após a compra, o aparelhou apresentou um problema no motor e parou de funcionar. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

a) Efigênia é considerada pelo Código de Defesa do Consumidor como consumidora por equiparação, razão pela qual poderá pleitear a reparação pelo fato do produto.

b) Efigênia não é a destinatária final do produto, razão pela qual em hipótese nenhuma, poderá pleitear a proteção estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor

c) Efigênia não é a destinatária final do produto, mas é considerada consumidora em razão da sua hipossuficiência, aplicando-se a teoria finalista.

d) Efigênia não é a destinatária final do produto, mas é considerada consumidora em razão da sua vulnerabilidade, aplicando-se a teoria finalista mitigada.

Questão 45

"Casabela" é uma empresa incorporadora de imóveis, que estava concluindo a construção de um edifício de apartamentos. Após a constituição do condomínio, a incorporadora recusou-se a cumprir suas obrigações quanto à entrega das áreas comuns. Diante disso, o condomínio ajuizou ação contra a incorporadora pedindo que ela cumpra as obrigações assumidas com os condôminos. Na petição inicial, foi requerida a inversão do ônus da prova com base no Código de Defesa do Consumidor. A incorporadora, desejando apresentar sua defesa no sentido de não ser a relação caracterizada como consumerista, procurou você, na qualidade de advogado, que a informou corretamente que:

a) Não se aplica o CDC na relação entre condomínio de adquirentes de edifício em construção e a construtora ou incorporadora, pois o condomínio não se enquadra na definição de consumidor.

b) Não se aplica o CDC na relação entre condomínio de adquirentes de edifício em construção e a construtora ou incorporadora, pois o condomínio não possui personalidade jurídica, consistindo em mera comunhão de interesses.

c) Aplica-se o CDC ao condomínio de adquirentes de edifício em construção, nas hipóteses em que atua na defesa dos interesses dos seus condôminos frente a construtora ou incorporadora.

d) Aplica-se o CDC ao condomínio de adquirentes de edifício em construção, em qualquer caso, frente a construtora ou incorporadora.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

Os atos do empresário individual impedido por exercer atividade incompatível com a empresa serão considerados:

a) nulos;

b) anuláveis;

c) válidos;

d) ineficazes;

Questão 47

Rogerinho pretende iniciar empresa sem a presença de sócios, isso aos dezesseis anos de idade. Foi orientado que poderá constituir uma empresa nas formas de Empresário Individual, EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada ou Sociedade Limitada Unipessoal.

Em relação ao que foi orientado, é correto afirmar que:

a) em ambos os casos, Rogerinho poderá constituir uma empresa com personalidade jurídica própria de pessoa jurídica;

b) A EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada poderá ser constituída, desde que o seu capital seja superior a 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo do país;

c) A EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada poderá ser constituída por pessoa jurídica;

d) A Sociedade limitada deve ser constituída por 2 (dois) ou mais sócios;

Questão 48

Assinale a opção que indica a denominação dada a um atributo do estabelecimento empresarial com direta relação com a organização e administração da empresa, e que muitas vezes assume papel preponderante para o sucesso da empresa, seja pela relação com os clientes, seja pela relação com os fornecedores, e que não pode ser comercializado individualmente.

a) clientela

b) aviamento

c) trespasse

d) ponto empresarial

Questão 49

A Lei Nº 11.101/2005 trouxe para o nosso ordenamento jurídico o instituto da recuperação judicial, tendo os seguintes princípios basilares: Preservação da Empresa e Viabilidade Econômica.

Diante do exposto, o instituto mencionado não se aplica-se à Sociedade

a) microempreendedor individual

b) simples.

c) limitada.

d) empresária.

Questão 50

A respeito da resolução da sociedade quanto a um sócio e liquidação societária, é correto afirmar que:

a) esse ato desconstitui a pessoa jurídica.

b) o liquidante é proibido de pagar dívidas vincendas.

c) esse ato obsta a possibilidade de efetuar a transformação.

d) a sociedade se extingue ao ser averbada a ata da assembleia de liquidação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

Marcos estava dirigindo e respondendo mensagens no celular. Entre um áudio e outro, descuidou-se e colidiu com o carro de Pedro, juiz federal conhecido por ser extremamente rigoroso. Marcos recusou-se a pagar os danos causados e, por isso, Pedro redigiu uma petição inicial e ajuizou a ação indenizatória pertinente. À luz dos princípios que regem o processo civil, assinale a alternativa correta:

a) Por ser um magistrado e deter conhecimento jurídico, não há qualquer óbice que Pedro ajuíze a ação.

b) Se Marcos e Pedro tivessem se exaltado e proferido ameaças mútuas, não seria possível qualquer forma de ação judicial, visto que só são apreciadas pelo Judiciário as efetivas lesões a direitos.

c) Ainda que busquem interesses jurídicos próprios e distintos, tanto Marcos quanto Pedro devem cooperar entre si para que se obtenha uma decisão de mérito justa e efetiva.

d) Marcos é juridicamente hipossuficiente em relação a Pedro e, por isso, deverá gozar de tratamento diferenciado para fazer frente às pretensões do magistrado.

Questão 52

Para agir em conformidade com o Princípio da Cooperação, Tício, juiz da 2ª Vara Cível, deverá estar atento a determinados deveres, dentre eles o:

a) dever de consulta, decidindo de forma clara e, ao mesmo tempo, intimando as partes a explicarem fatos não compreendidos em suas manifestações.

b) dever de auxílio, removendo obstáculos processuais e permitindo que as partes cumpram adequadamente seus direitos, faculdades, ônus e deveres processuais.

c) dever de prevenção, dialogando com as partes antes de proferir qualquer decisão.

d) dever de consulta, apontando falhas processuais a fim de não comprometer a prestação da tutela jurisdicional.

Questão 53

Uma famosa influenciadora digital, após conhecer determinado restaurante da cidade, decidiu gravar pequenos vídeos falando de suas impressões sobre os pratos e o atendimento. Ao longo da noite muitos vídeos foram produzidos, inclusive criticando outros consumidores do estabelecimento, dentre eles um renomado cirurgião plástico. Seus filhos, bastante ofendidos com a repercussão dos vídeos, decidem ajuizar uma ação indenizatória pelos danos morais sofridos. Nesse caso:

a) os filhos preenchem os requisitos de interesse, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido.

b) os filhos poderão pleitear a indenização por danos morais desde que expressamente autorizados pelo pai, titular do direito à imagem.

c) embora a revolta dos filhos seja legítima, estes só poderiam intentar a ação judicial quando houvesse autorização do ordenamento jurídico.

d) considerando que houve efetiva violação do direito à honra e à imagem do cirurgião plástico, não é admitida a ação meramente declaratória.

Questão 54

Para que possa exercer a função jurisdicional, o magistrado deve estar devidamente investido de jurisdição e deverá atender-se aos limites de atuação. Os advogados, por sua vez, devem atentar-se ao foro competente para processamento e julgamento das ações. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

a) O casal Pedro e Paula têm um filho de 4 anos e eventual ação de dissolução de união estável deverá ser ajuizada no foro do último domicílio do casal.

b) A empresa MM Ltda. será demandada judicialmente onde está sua sede ou onde tenha filiais.

c) Luís foi vítima de um acidente com uma aeronave e, por isso, a ação de reparação de dano poderá ser proposta em seu domicílio.

d) Lourdes, idosa de 68 anos, terá suas ações processadas e julgadas sempre no foro de sua residência.

Questão 55

Firmino tem 16 (dezesseis) anos e, depois de se envolver numa briga com Eduardo, decide ajuizar uma ação indenizatória para que seu tratamento odontológico seja integralmente arcado por seu agressor. Nesse caso:

a) Firmino será assistido por seus pais na forma da lei.

b) Firmino deverá ser representado por seus pais ou por representante legal.

c) Poderá ser nomeado um curador especial para Firmino caso este não queira ser representado por seus pais.

d) Sendo o caso de nomeação de curador especial para Firmino, a curatela especial caberá ao Ministério Público ou à Defensoria Pública.

Questão 56

Jurama e Jurema, embora sejam irmãs gêmeas, nunca tiveram um bom relacionamento. À medida que foram crescendo, as irmãs passaram a nutrir ódio e desejo de destruição mútuos, chegando ao ponto de Jurama atear fogo ao carro de Jurema depois de um desentendimento. A questão foi levada ao Judiciário, mas as irmãs continuaram a brigar e desconsiderar que, como partes, têm deveres que devem ser cumpridos. Com base no caso narrado, assinale a alternativa correta:

a) Os deveres previstos no Código de Processo Civil devem ser observados apenas pelas partes e por seus procuradores.

b) Jurema deverá expor os fatos em juízo conforme a verdade e poderá praticar inovação ilegal no estado de fato do automóvel incendiado.

c) Jurama, ainda que insatisfeita, deverá cumprir com exatidão as decisões do magistrado, sejam provisórias ou finais, e não deverá criar embaraços à sua efetivação.

d) Jurama poderá, como exercício legítimo de defesa, produzir provas inúteis ou desnecessárias como forma de postergar a decisão final do magistrado.

Questão 57

Patrícia, autora de uma ação contra uma pessoa jurídica, em razão da ausência de separação de fato entre os patrimônios dos sócios e da empresa, pleiteia que o magistrado defira a desconsideração da personalidade jurídica. Sobre referido incidente, pode-se afirmar:

a) Patrícia não detém legitimidade para pleitear a desconsideração da personalidade jurídica da empresa, cabendo apenas ao Ministério Público ou ao magistrado ex officio.

b) Em regra, a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica suspenderá o processo, salvo quando esta for requerida na petição inicial.

c) As disposições contidas no Código de Processo Civil não se aplicam à desconsideração inversa da personalidade jurídica por se tratar de uma criação doutrinária.

d) Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens será nula.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Patrick, cansado de não ter dinheiro, desempregado, decide furtar. Escolhe uma loja popular (as famosas casas do R$ 1,99) e pratica o delito. Escolhe uma miniatura do Mestre Yoda de plástico, no valor de R$ 1,99 e o subtrai. Após esconder o boneco no bolso interno de sua jaqueta, sai em disparada da loja ouvindo os gritos de "pega ladrão". Ainda no mesmo quarteirão, é cercado e espancado por outros comerciantes, amarrado no poste até a chegada da Polícia Militar. Patrick utiliza seu telefone para contratar um advogado. O causídico deverá explicar para o seu cliente que a principal tese de defesa criminal a ser utilizada será:

a) atipicidade formal por ausência de legalidade

b) anterioridade do fato em relação à lei penal

c) atipicidade pela insignificância do bem subtraído

d) ausência de dolo ou culpa

Questão 59

Por força das estatísticas ampliadas de violência contra as mulheres no âmbito doméstico durante a pandemia, o Presidente da República decide, por Medida Provisória, aumentar a pena do crime de lesão corporal praticado em violência doméstica. Diante dessa situação, analise as assertivas abaixo:

I - a legalidade penal não foi respeitada, pois é vedado modificar lei penal por Medida Provisória.

II - caso a alteração seja válida, poderá retroagir para atingir fatos pretéritos.

III - a modificação só poderia ser válida se fosse aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República.

a) estão corretas todas as assertivas.

b) estão corretas apenas as assertivas I e III.

c) estão corretas apenas as assertivas II e III.

d) estão erradas todas as alternativas.

Questão 60

No Brasil, 1 pessoa morre a cada 15 minutos por causa de acidentes de trânsito. Em busca de salvar vidas, o Código de Trânsito Brasileiro criminalizou diversas condutas, dentre elas, a embriaguez ao volante. Reza o tipo penal: *Art. 306. Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência*. Diante da redação típica, podemos afirmar se tratar de:

a) crime de perigo abstrato.

b) crime material.

c) crime de perigo concreto.

d) crime formal.

Questão 61

Para tentar impedir as pessoas de propagar o vírus da Covid-19, matando milhares de brasileiros, o Congresso Nacional aprovou uma lei federal aumentando a pena do crime de Epidemia, no dia 01.01.2021, para reclusão de 35 a 40 anos. A nova lei que aumentou a pena, trouxe em seu texto, a data final de sua vigência - 31.12.2021. Ciente das regras de leis temporárias, uma sentença proferida em novembro de 2022:

a) poderá condenar o réu, com base na lei temporária, mesmo após o final de sua vigência.

b) não poderá condenar o réu porque a lei de 2021 já perdeu a vigência.

c) poderá condenar o réu, porém sem utilizar a lei temporária, após o final de sua vigência.

d) não poderá condenar o réu pois ocorreu a *abolitio criminis*.

Questão 62

De forma intencional, Maria deixa de alimentar seu enteado, fruto da união antiga de seu atual companheiro. Essa omissão dolosa acaba ocasionando a morte do menino. A materialidade e a autoria do crime de homicídio (*Art. 121. Matar alguém*) foram comprovadas por prova testemunhal, câmeras de segurança e confissão. Diante deste triste cenário, responda:

a) Maria não responderá pela morte de seu enteado pois ninguém pode ser punido por algo que não fez ou deixou de fazer, salvo quando a omissão é expressa no tipo penal.

b) Maria responderá criminalmente, porém por homicídio culposo, visto não controlar o momento exato da morte do enteado.

c) Maria não responderá pela morte de seu enteado, pois esta decorre de força maior, elemento que afasta o nexo causal.

d) Maria responderá por homicídio doloso em omissão imprópria, pois tinha o dever de garantir a integridade física e a vida de seu enteado.

Questão 63

Berlusconi decide se vingar de seu vizinho barulhento e golpeá-lo na cabeça. Após ser atingido, dolosamente, com um porrete, Michel cai desacordado no chão. Nesse momento, populares acionam o telefone da central de emergência que, prontamente, chega ao local e socorre a vítima ainda com vida. Após dois dias internado, Michel, por estar em um abiente de risco, contrai o vírus da Covid-19 e morre no hospital da Cantareira. A respeito dessa triste situação, Berlusconi:

a) não praticou nenhum crime, tendo em vista a morte ter ocorrido por força da fatalidade hospitalar e da situação de pandemia.

b) responde por lesão culposa, mas não pela morte, por força de causa superveniente absolutamente independente.

c) responde por homicídio doloso, pois se não fosse o golpe, a vítima não teria sido levada ao hospital onde faleceu.

d) responde por lesão dolosa, mas não pela morte, por força de causa superveniente relativamente independente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Airton não foi interrogado pelo Juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de Tupã-SP pela fato de o magistrado afirmar que já tinha os elementos que ele precisava para proferir a sua sentença. Sabendo que o juiz é o destinatário das provas produzidas nos autos, responda:

a) O juiz não poderia deixar de interrogar o acusado pois é direito dele ser ouvido (direito de audiência), sob pena de afronta ao princípio da ampla defesa.

b) Como único destinatário das provas, o magistrado pode deixar de interrogar o acusado se já tiver em mãos prova da existência do crime e certeza da autoria delitiva.

c) O interrogatório do réu é facultativo, por seu um meio de defesa, logo, o juiz pode deixtar de interrogar o réu se já tiver em mãos prova da existência do crime e certeza da autoria delitiva.

d) Por ser o último ato da instrução, é o juiz que decide se o réu será interrogado ou não, a depender da necessidade de prova de autoria ou participação.

Questão 65

Milton, juiz da 2ª Vara Criminal da Comarca de Barueri, cansado de proferir sentenças muito extensas e não dar conta do volume de trabalho, decide, por uma semana, simplesmente absolver ou condenar os réus sem explicar os motivos de sua decisão. As partes, inconformadas com as sentenças proferidas sem fundamentação, poderão alegar:

a) ilegitimidade de parte

b) falta de interesse recursal

c) nulidade por falta de fundamentação

d) irregularidade

Questão 66

A Lei 13.964, de 2019, conhecida como pacote anticrime, trouxe regra de exceção à presunção de inocência. Trata-se de execução provisória de pena de prisão para quem for condenado em 1.ª instância a uma pena privativa de liberdade igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão. Com base nessa alteração legislativa, o juiz presidente do 1º Tribunal do Júri da Comarca de Marechal Thaumaturgo - AC, mandou o réu recolher-se à prisão para iniciar o cumprimento da pena. Você, como advogada(o) do réu, ao interpor o recurso de apelação, deverá alegar, em preliminar de apelação, a inconstitucionalidade da regra que permite a execução provisória da pena com base na violação do princípio da:

a) legalidade

b) ampla defesa

c) lealdade processual

d) presunção de inocência

Questão 67

Murilo praticou um crime de estelionato previdenciário em face do INSS, em sua visita ao Brasil, no ano de 2018. A persecução penal teve trâmite normal na Polícia Federal e hoje um processo criminal está em trâmite na 9ª Vara Criminal Federal de São Paulo. Como Murilo reside na cidade de Selfoss, na Islândia, seu interrogatório foi agendado por Carta Rogatória. Diante dessa situação de réu no estrangeiro, responda:

a) Murilo deve ser interrogado com base nas leis brasileiras, por força do princípio da extraterritorialidade.

b) Murilo será interrogado com base nas leis da Islândia, por força do princípio da territorialidade.

c) Murilo não poderá ser interrogado, pois não há hipótese de interrogatório por videoconferência no estrangeiro.

d) Murilo só poderá responder ao processo criminal quando voltar ao Brasil.

Questão 68

Maique, delegado de polícia substituto recém empossado, instaura um inquérito policial de ofício para investigar um crime de apropriação indébita supostamente praticado por Nilo. Narra a vítima que Rodrigo, após visitá-lo em sua residência, deve ter se apropriado de um livro que pegou emprestado e nunca devolveu. Após meses de incansáveis diligências, Maique descobre que Nilo fez um juízo errado de valor, já que encontrou o livro perdido atrás da geladeira. Ou seja, não houve o crime de apropriação indébita praticado por Rodrigo. diante dessa descoberta, o que o delegado pode fazer:

a) o delegado deve instaurar inquérito policial, de ofício, por denunciação caluniosa em face de Nilo.

b) o delegado deve relatar o inquérito afirmando que não houve crime, e sim uma confusão feita pela vítima.

c) o delegado deve mandar arquivar o inquérito policial para cessar o constrangimento ilegal em face de Rodrigo.

d) o delegado deve requisitar o arquivamento do inquérito policial ao juiz de direito compatente.

Questão 69

Pedro, na Delegacia de Polícia, confessou o crime de lesão corporal leve em face de sua esposa, motivado por ciúmes. Diante de sua confissão, a Delegada optou por não requisitar perícia nos machucados de Márcia. Quatro anos depois, sem nenhuma outra prova produzida no inquérito e no processo, o juiz decide condenar Pedro com base, exclusivamente, em sua confissão policial. Você, como advogado(a) de Pedro, poderá alegar que:

a) a confissão, judicial ou extrajudicial, é uma prova irrefutável nos casos de violência doméstica.

b) a confissão policial poderia ser utilizada para condenar Pedro, se estivesse acompanhada da perícia da lesão corporal que não foi feita.

c) o juiz nunca pode condenar o réu com base, apenas, nas provas produzidas na fase extrajudicial.

d) por se tratar de violência doméstica contra a mulher, na dúvida o juiz deve condenar o réu por força da vulnerabilidade da vítima.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

Priscilinha apresentou o seu currículo para trabalhar como atendente no supermercado "Bom&Barato" Ltda. Na ocasião, o gerente do estabelecimento solicitou que Priscilinha apresentasse o seu atestado de antecedentes criminais para fins de que pudesse ser contratada, já que almejavam empregados com reputação ilibada. Inconformada com a situação, Priscilinha lhe procura na condição de advogado para fins de que possa ser orientada sobre os seus direitos.

Segundo entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

a) a exigência de antecedentes criminais que venha configurar tratamento discriminatório do trabalhador, gera direito a indenização por dano moral, independentemente de o trabalhador ser ou não contratado pela empresa.

b) a exigência de antecedentes criminais que venha configurar tratamento discriminatório do trabalhador, gera direito a indenização por dano moral, apenas quando o trabalhador não for contratado pela empresa.

c) a exigência de antecedentes criminais é sempre admitida, uma vez que está dentro do poder diretivo do empregador.

d) a exigência de antecedentes criminais é admitida apenas quando houver previsão legal admitindo tal circunstância.

Questão 71

Priscilinha, Paulo e Igor resolvem revolucionar o mercado editorial, e juntos inauguraram a Sociedade Empresária "Todos Juntos" Ltda. No entanto, em razão da crise econômica ocasionada pela COVID-19, Igor decide se retirar da sociedade, apesar da existente prospecção de melhora.

Diante do exposto, quanto a responsabilidade de Igor perante a débitos trabalhistas da sociedade, assinale a alternativa correta.

a) O sócio retirante responderá subsidiariamente em ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato.

b) O sócio retirante responderá subsidiariamente, independentemente de qualquer ordem de preferência.

c) O sócio retirante responderá subsidiariamente em relação aos sócios atuais, mas solidariamente em relação à empresa devedora.

d) O sócio retirante responderá solidariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.

Questão 72

Julieta foi contratada como cuidadora da senhora Adelaide, idosa e enferma. No entanto, após 14 meses de trabalho, Julieta demonstrou um cansaço extremo com as suas atividades laborais e solicitou férias a Sra. Adelaide, a qual aceitou conceder, desde que o período de férias fosse fracionado em três períodos. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

a) A empregadora agiu de forma equivocada, já que as férias dos empregados domésticos podem ser fracionadas em até dois períodos, sendo um deles de, no mínimo, 14 dias corridos.

b) A empregadora agiu de forma equivocada, já que as férias dos empregados domésticos não podem ser fracionadas.

c) A empregadora agiu de forma acertada, já que as férias dos empregados domésticos podem ser fracionadas até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

d) A empregadora agiu de forma acertada, já que as férias dos empregados domésticos podem ser fracionadas até três períodos, e independente do consentimento do empregado.

Questão 73

O empregado, Rafinha, foi contratado como aprendiz pela empresa "XPTO" por meio de um contrato de trabalho por prazo determinado, não superior a dois anos. Nesta situação, o contrato de aprendizagem será extinto

a) quando o aprendiz completar 21 anos de idade.

b) no caso do aprendiz com deficiência, quando este completar 24 anos de idade.

c) antecipadamente ao seu termo, quando o aprendiz cometer falta considerada de grau médio ou grave.

d) antecipadamente ao seu termo, se o desempenho do aprendiz for insuficiente ou houver inadaptação.

Questão 74

Vandeco é policial militar no Estado do Rio de Janeiro há 10 anos, mas diante da baixa remuneração, ele começou a trabalhar também como vigilante em uma grande loja de roupas, "Linda Mulher" Ltda., duas vezes na semana, e tão somente nos dias de folga.

Apesar de não ter a sua CTPS anotada, Vandeco recebe salário mensal de R$1.500,00, bem como se revela subordinado diretamente a João Carlos, supervisor dos vigilantes.

Diante da situação retratada, assinale a alternativa correta.

a) A loja de roupas ficará sujeita a multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) por manter empregado não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência.

b) A loja de roupas ficará sujeito a multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) por manter empregado não registrado, acrescido de igual valor até a terceira reincidência.

c) O empregado, Vandeco, não poderá ter o reconhecimento do vínculo empregatício perante a loja de roupas, diante do exercício da função pública que exige dedicação exclusiva.

d) O empregado, Vandeco, não poderá ter o reconhecimento do vínculo empregatício com a loja de roupas, já que não estão preenchidos os requisitos da relação de emprego.

Questão 75

Joãozinho trabalha em uma propriedade rural, mais precisamente no ramo da pecuária leiteira, e realiza, dentre as suas atividades, a ordenha das vacas de seu empregador. Em razão da alta lucratividade do negócio, por vezes, Joãozinho precisa trabalhar em período noturno e até mesmo realizando horas extras, quando necessário.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

a) O empregado Joãozinho, enquanto rural, não possui direito ao adicional noturno.

b) O empregado Joãozinho terá direito ao adicional noturno de 20% e a hora noturna reduzida.

c) O empregado Joãozinho possui direito ao adicional noturno de 25% e a hora noturna reduzida.

d) O empregado Joãozinho possui direito ao adicional noturno de 25%, mas não faz jus a hora noturna reduzida.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Priscilinha, recém aprovada no exame da ordem, já está planejando as suas férias de dezembro com os primeiros honorários advocatícios. No entanto, querendo ser exímia em suas funções, fica preocupada com eventuais prazos processuais no período de suas de suas férias, dezembro e janeiro.

Diante do exposto, no processo do trabalho, o curso do prazo processual

a) suspende-se no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, permitindo-se apenas a realização de sessões de julgamento.

b) interrompe-se no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, permitindo-se apenas a realização de audiências em casos urgentes.

c) suspende-se no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, no qual não são realizadas audiências nem sessões de julgamento.

d) não se interrompe nem se suspende, sendo contado em dias úteis.

Questão 77

Zé foi contratado na cidade de São Paulo para prestar serviço para a empresa "ZTW" na função de representante comercial. Em razão de sua função, não havia um lugar fixo para prestação do serviço, uma vez que as viagens eram constantes para representar a marca. Em 05.01.2021, o empregado foi dispensado sem justa causa, ocasião em que se encontrava em Belo Horizonte/MG.

Nesta situação, em sede de Reclamação Trabalhista proposta por Zé, assinale a alternativa correta, quanto a competência territorial.

a) a competência será da Junta da localidade em que o empregador tenha domicílio.

b) a competência será da Junta da localidade em que o empregado tenha prestado serviços ao empregador por último.

c) a competência será da Junta da localidade em que ocorreu a celebração do contrato.

d) a competência será da Junta da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado e, na falta, será competente a Junta da localização em que o empregado tenha domicílio ou a localidade mais próxima.

Questão 78

Acerca da competência material, considere:

I. A Justiça do Trabalho é competente para executar de ofício as contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das suas decisões e também dos acordos por ela homologados.

II. Após a EC nº 45/2004, compete à Justiça do Trabalho julgar as ações de indenização por danos morais decorrentes de acidentes de trabalho propostas por empregado contra empregador.

III. Compete à Justiça do Trabalho, após a EC nº 45/2004, julgar as ações acidentárias propostas pelo segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visando à prestação de benefícios relativos a acidentes de trabalho.

Está correto o que consta APENAS em

a) I, II e III.

b) I e III.

c) I e II.

d) II.

Questão 79

Júlio trabalhou por 10 anos para a empresa "Bolos da Vovó" Ltda., e quando findada a relação laboral, as partes pactuaram um acordo extrajudicial, perante a Justiça do Trabalho, para fins de dirimir questões trabalhistas relacionadas ao de pagamento de horas extras, adicional noturno e diferenças salariais.

Quanto ao acordo extrajudicial pactuado entre as partes, é correto afirmar que

a) as partes poderão ser representadas por advogado comum.

b) a petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.

c) se obriga ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria.

d) a petição de homologação de acordo extrajudicial interrompe o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.

Questão 80

A cidade de Coronel Murta/MG não possui vara do trabalho, de forma que as demandas trabalhistas são julgadas pelo juiz de direito da cidade. Nesta situação, o recurso interposto contra decisão do juiz de direito em matéria trabalhista, deverá ser julgado pelo:

a) Respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

b) Tribunal de Justiça do Estado de MG.

c) Superior Tribunal de Justiça.

d) Tribunal Regional Federal da região a que estiver submetida a jurisdição do estado.

Conheça nossos cursos:

Curso para a 1ª fase:

http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase

Conheça nosso Sistema de Questões!

ASSINE: Estratégia Questões:

https://bit.ly/Sistemas-de-Questões

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1.

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2.

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3.

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4.

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5.

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6.

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7.

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8.

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.